

ULISSES VIEIRA MOREIRA PEIXOTO

Advogado. Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Autor de diversas obras da área jurídica.



**FAMÍLIA
SUCESSÕES
INVENTÁRIO E PARTILHA
ALIMENTOS
ADOÇÃO
DIVÓRCIO
GUARDA COMPARTILHADA
INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE
UNIÃO ESTÁVEL E CONCUBINATO
UNIÃO HOMOAFETIVA**



4ª edição

© EDITORA CRONUS - 2019

Revisão:
Ulisses Vieira Moreira Peixoto

Produção Gráfica:
IDÉE . Arte e Comunicação

DADOS INTERNACIONAIS DE
CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

347.6 PEIXOTO, Ulisses Vieira Moreira.
P431t Família, Sucessões, Inventário e Partilha, Alimentos, Adoção, Divórcio, Guarda Compartilhada, Investigação de Paternidade, União Estável, Concubinato e União Homoafetiva, 4ª edição/ Ulisses Vieira Moreira Peixoto.
Leme: Editora Cronus, 2019.
1360p. - 23cm

1. Direito de família. 2. Família - Direito. I. Título.

ISBN 978-85-61544-62-1

CDU 347.6

ÍNDICE PARA O CATALOGO SISTEMÁTICO

Direito de família	347.6
Família - Direito	347.6

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, a violação dos direitos autorais é punível como crime, previsto no Código Penal e na Lei de direitos autorais (Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA CRONUS

Rua Olímpio dos Santos, n. 75 - Centro

CEP: 13610-005

Leme/SP

(19) 3573-0432

www.editoracronus.com.br

contato@editoracronus.com.br

Sumário

FAMÍLIA

DOCTRINA

Capítulo 1 - Direito Pessoal	29
1. Casamento	29
2. Capacidade para o casamento (<i>Mudança e/ou Inovação: Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015</i>).....	32
3. Impedimentos	35
4. Causas suspensivas	40
5. Processo de habilitação para o casamento	44
6. Celebração do casamento	45
7. Provas do casamento.....	47
8. Invalidade do casamento (<i>Mudança e/ou Inovação: Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015</i>).....	48
9. Eficácia do casamento	51
10. Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal.....	53
10.1. Situação de violência doméstica e familiar. Lei nº 13.505 de 8 de novembro de 2017.....	60
11. Relações de parentesco	62
12. Filiação	65
13. Reconhecimento dos filhos.....	69
14. Adoção	73
14.1. Lei nº 13.509 de 22 de novembro de 2017	74
15. Poder familiar.....	83
16. Exercício do poder familiar	84
17. Suspensão e extinção do poder familiar.....	87
17.1. Arts. 19-A, § 4º, 101, § 10, 157, § 1º, 161, § 1º da Lei nº 13.509 de 22 de novembro de 2017	89
18. Regime de bens entre os cônjuges.....	90
19. Pacto antenupcial.....	97
20. Regime de comunhão parcial.....	99

21. Regime de comunhão universal	102
22. Regime de participação final nos aquestos	105
23. Regime de separação de bens	111
24. Usufruto e administração dos bens de filhos menores	112
25. Bem de família.....	114
26. União estável	121
26.1. União estável homoafetiva	124
26.2. Resolução n. 175, de 14 de maio de 2013 – CNJ	125
27. Tutela	127
27.1. Tutores	128
27.2. Incapazes de exercer a tutela	131
27.3. Escusa dos tutores	131
27.4. Exercício da tutela	132
27.5. Bens do tutelado	134
27.6. Prestação de contas	135
27.7. Cessação da tutela	136
28. Curatela (<i>Mudança e/ou Inovação: Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015</i>)..	136
28.1. Interditos (<i>Mudança e/ou Inovação: Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015</i>).....	137
28.2. Curatela do nascituro e do enfermo ou portador de deficiência física.....	139
28.3. Exercício da curatela	139
28.4. Da tomada de decisão apoiada (<i>Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015</i>)	140
28.5. Curatela e tutela no Código de Processo Civil.....	141

PARTE PRÁTICA

Pedido de adiamento da audiência por motivo justificado.....	143
Pedido de adiamento da audiência pelo advogado	144
A�o de divórcio consensual	145
A�o de divórcio litigioso.....	149
A�o de medida cautelar de separa�o de corpos	154
A�o negatória de paternidade.....	158
A�o de investiga�o de paternidade cumulada com anula�o de registro de nascimento	163
A�o de ado�o cumulada com destitui�o do poder familiar	168
A�o de suspensão do poder familiar	172
A�o de destitui�o do poder familiar	176
A�o de usufruto de bem imóvel	180
A�o de reconhecimento de união estável “Post Mortem” (<i>Modelo 01</i>) ...	182

Ação de reconhecimento de união estável “Post Mortem” (Modelo 02) ...	187
Ação declaratória de união estável homoafetiva	192
Ação de curatela.....	196
Pedido de cessação da tutela.....	119
Ação de remoção de curador	200
Ação de substituição de curador	204
Escritura pública de pacto antenupcial (Regime de comunhão universal)	208
Escritura pública de pacto antenupcial (Regime de separação de bens)...	210
Escritura de instituição do “Bem de família”	212
Declaração para fins de suposto pai	214
<i>Habeas corpus</i> com pedido de liminar	215
Pedido de tutela de urgência	220
Escusa do perito	222
Escusa (<i>Tutor ou curador</i>).....	223
Pedido de nomeação de tutor	224
Requerimento para a adoção de crianças.....	227
Recurso de apelação (<i>Ação negatória de paternidade</i>).....	228
Razões de recurso de apelação (<i>Ação negatória de paternidade</i>)	229
Recurso de apelação (<i>Ação declaratória de união estável homoafetiva</i>).....	233
Razões de recurso de apelação (<i>Ação declaratória de união estável homoafetiva</i>)	234
Recurso de apelação (<i>Ação de substituição de curador</i>)	237
Razões de recurso de apelação (<i>Ação de substituição de curador</i>).....	238

SUCESSÕES

DOCTRINA

Capítulo 1 - Sucessão em geral	243
1. Disposições gerais.....	243
2. Herança e sua administração	244
3. Vocação hereditária	245
4. Aceitação e renúncia da herança	247
5. Excluídos da sucessão	249
6. Herança jacente	250
7. Petição de herança	251
Capítulo 2 - Sucessão legítima	253
1. Ordem da vocação hereditária.....	253
2. Herdeiros necessários	259
3. Direito de representação.....	262

Capítulo 3 - Sucessão testamentária	264
1. Testamento em geral	264
2. Capacidade de testar	264
3. Formas ordinárias do testamento.....	265
4. Testamento público	265
5. Testamento cerrado.....	267
6. Testamento particular	270
7. Codicilos.....	273
8. Testamentos especiais	274
9. Testamento marítimo e do testamento aeronáutico	275
10. Testamento militar.....	277
11. Disposições testamentárias	279
12. Legados	284
13. Efeitos do legado e do seu pagamento	288
14. Caducidade dos legados.....	293
15. Direito de acrescer entre herdeiros e legatários	293
16. Substituição vulgar e da recíproca	296
17. Substituição fideicomissária.....	298
18. Deserdação.....	302
19. Redução das disposições testamentárias.....	303
20. Revogação do testamento	303
21. Rompimento do testamento.....	304
22. Testamenteiro	304
23. Provimento n. 56, de 14 de julho de 2016.....	310

PARTE PRÁTICA

Ação de anulação de doação	312
Ação anulatória de renúncia de herança	316
Ação de petição de herança	320
Ação de herança jacente.....	322
Pedido de cumprimento de codicilo	324
Pedido de confirmação de testamento.....	325
Ação de anulação de testamento	326
Ação ordinária de deserdação	328
Anotação pelo tabelião no seu livro de notas da lavratura do instru- mento de aprovação do testamento cerrado.....	332
Auto de aprovação de testamento cerrado	333

Carta de renúncia de mandato	334
Dados para lavratura de testamento.....	335
Escritura de testamento público	336
Escritura de revogação de testamento público.....	339
Pedido de nova data para audiência e justificação dos motivos	340
Petição para informar novo endereço do autor.....	341
Pedido de desarquivamento dos autos	342
Pedido de registro e cumprimento de testamento público	343
Pedido de registro e cumprimento de testamento particular	348
Pedido para apresentação do rol de testemunhas	352
Pedido de declaração de rompimento do testamento.....	354
Minuta de testamento	359
Recurso de agravo de instrumento (<i>Artigo 1.966 do Código Civil</i>).....	361
Razões de recurso de agravo de instrumento (<i>Artigo 1.966 do Código Civil</i>).....	362
Recurso de apelação (<i>Ação anulatória de doação</i>)	366
Razões de recurso de apelação (<i>Ação anulatória de doação</i>).....	367
Recurso de apelação (<i>Pedido de abertura e cumprimento de testamento</i>)..	371
Razões de recurso de apelação (<i>Pedido de abertura e cumprimento de testamento</i>)	372
Recurso de apelação (<i>Pedido de registro de testamento público</i>).....	375
Razões de recurso de apelação (<i>Pedido de registro de testamento público</i>) ...	376
Recurso de apelação (<i>Testamento cerrado</i>).....	379
Razões de recurso de apelação (<i>Testamento cerrado</i>)	380
Recurso de apelação (<i>Pedido de registro de testamento particular</i>)	384
Razões de recurso de apelação (<i>Pedido de registro de testamento particular</i>)	385
Recurso de apelação (<i>Ação declaratória de desconstituição de cláusula de inalienabilidade</i>)	388
Razões de recurso de apelação (<i>Ação declaratória de desconstituição de cláusula de inalienabilidade</i>)	389
Recurso de apelação (<i>Substituição fideicomissária</i>).....	392
Razões de recurso de apelação (<i>Substituição fideicomissária</i>).....	393
Recurso de apelação (<i>Ação ordinária de deserdação</i>).....	397
Razões de recurso de apelação (<i>Ação ordinária de deserdação</i>)	398
Testamento cerrado	401
Testamento particular	403

INVENTÁRIO E PARTILHA

DOCTRINA

Capítulo 1 - Inventário e Partilha no Novo Código de Processo Civil.....	409
1. Disposições gerais.....	409
2. Legitimidade para requerer o inventário.....	411
3. Inventariante e primeiras declarações.....	413
4. Citações e impugnações.....	421
5. Impugnação nos próprios autos e decisão imediata.....	422
6. Habilitação de quem se julgar preterido.....	424
7. Manifestação da Fazenda Pública.....	424
8. Finalidade da avaliação dos bens.....	426
9. Disciplina da atividade do perito.....	427
10. Dispensa de perícia por carta precatória.....	429
11. Dispensa da avaliação e concordância da Fazenda Pública.....	429
12. Dispensa da avaliação e concordância dos herdeiros.....	430
13. Correção da avaliação.....	430
14. Últimas declarações.....	431
15. Taxa judiciária e meação do cônjuge.....	431
16. Decisão sobre o cálculo do tributo.....	432
17. Finalidade da colação.....	433
18. Conferência das doações recebidas pelo herdeiro que renunciou à herança.....	434
19. Decisão sobre os bens sujeitos à colação. Recebimento do quinhão hereditário mediante caução.....	435
20. Pagamento das dívidas.....	437
21. Cognição judicial sobre o pedido de pagamento. Remessas às vias ordinárias e reserva de bens.....	439
22. Dívida líquida e certa não vencida. Separação de bens para pagamento.....	440
23. Manifestação do legatário sobre as dívidas do espólio.....	441
24. Execução contra espólio.....	441
25. Partilha. Antecipação do quinhão.....	442
26. Critérios a serem observados na partilha.....	444
27. Bem insuscetível de cômoda divisão.....	445
28. Nascituro.....	446
29. Esboço da partilha.....	447
30. Contraditório.....	447
31. Auto de orçamento e folha de pagamento.....	448
32. Decisão sobre a partilha.....	449

33. Formal de partilha	450
34. Emenda quanto a erros de fato e correção de inexatidões materiais...	452
35. Desfazimento da partilha amigável	454
36. Desfazimento da partilha julgada por sentença.....	456
37. Partilha amigável entre os herdeiros	456
38. Procedimento do arrolamento sumário	458
39. Desnecessidade de avaliação dos bens do espólio	459
40. Decisão sobre isenção de imposto de transmissão <i>causa mortis</i> , no arrolamento sumário.....	459
41. Reserva de bens suficientes para o pagamento de credores e homologação da partilha	460
42. Arrolamento sumário em razão do valor dos bens	460
43. Arrolamento sumário e interesse de incapaz	461
44. Alvará judicial	462
45. Aplicação subsidiária de regras referentes ao pagamento das dívidas e à partilha	462
46. Cessação da eficácia da tutela cautelar	462
47. Sobrepartilha	463
48. Juízo competente para a sobrepartilha	464
49. Curador especial	464
50. Cumulação de inventários.....	464
51. Aproveitamento de primeiras declarações e de laudo de avaliação...	465
52. Promover ação visando à declaração de indignidade de herdeiro ou legatário. Lei nº 13.532 de 7 de dezembro de 2017.....	465

PARTE PRÁTICA

Ação de abertura de inventário proposta pelo herdeiro.....	466
Alvará judicial em inventário	468
Pedido de abertura de inventário.....	470
Pedido de balanço no inventário.....	471
Ação de remoção do inventariante	472
Ação de últimas declarações apresentadas em ação de inventário.....	476
Defesa do inventariante ao pedido de remoção.....	477
Desistência do prazo para recurso no inventário	481
Esboço do formal de partilha (<i>Modelo 01</i>)	482
Esboço do formal de partilha (<i>Modelo 02</i>)	483
Instrumento particular de partilha amigável	484
Ação de inventário extrajudicial.....	486
Ação de inventário negativo	488
Pedido de apuração de haveres no inventário	490
Pedido de homologação de esboço de formal de partilha.....	493

Pedido de inclusão de herdeiro	494
Ação de prestação de contas da inventariança (<i>A obrigação de prestá-las</i>)	498
Ação de prestação de contas da inventariança (<i>O direito de exigi-las</i>).....	502
Ação de primeiras declarações apresentadas em ação de inventário.....	505
Ação de sobrepartilha	507
Reclamação contra a nomeação do inventariante.....	511
Contrarrazões a recurso de apelação	515
Contrarrazões do apelado	516
Recurso de agravo de instrumento (<i>Pagamento das custas processuais</i>)	519
Razões de recurso de agravo de instrumento (<i>Pagamento das custas processuais</i>).....	520
Recurso de agravo de instrumento (<i>Artigo 622, e seus incisos do CPC de 2015</i>)	524
Razões de recurso de agravo de instrumento (<i>Artigo 622 e seus incisos do CPC de 2015</i>).....	525
Recurso de agravo de instrumento (<i>Conversão do rito de arrolamento para o rito de inventário solene</i>)	528
Razões de recurso de agravo de instrumento (<i>Conversão do rito de arrolamento para o rito de inventário solene</i>).....	529
Recurso de agravo de instrumento (<i>Expedição de alvará para venda de bem imóvel</i>).....	533
Razões de recurso de agravo de instrumento (<i>Expedição de alvará para venda de bem imóvel</i>).....	534
Recurso de agravo de instrumento (<i>Compromisso de compra e venda</i>)... ..	537
Razões de recurso de agravo de instrumento (<i>Compromisso de compra e venda</i>).....	538
Recurso de apelação (<i>Artigo 622, do CPC de 2015</i>).....	541
Razões de recurso de apelação (<i>Artigo 622, do CPC de 2015</i>).....	542
Recurso de apelação (<i>Ação de abertura de inventário</i>).....	544
Razões de recurso de apelação (<i>Ação de abertura de inventário</i>)	545
Capítulo 2 - Inventário e Partilha no Código Civil	548
1. Morte	548
2. Inventariante	548
3. Sonegados	549
4. Pagamento das dívidas	551
5. Colação	552
6. Partilha	553
7. Sobrepartilha	555
8. Evicção do bem aquinhoado	556
9. Anulação da partilha.....	557

PARTE PRÁTICA

Procuração <i>ad judicium</i>	558
Ação de anulação de partilha de bens	559
Ação de anulação do testamento.....	561
Arrolamento	563
Ação de redução das disposições do testamento.....	566

ALIMENTOS**DOCTRINA**

Capítulo 1 - Execução de Alimentos no Novo Código de Processo Civil	571
1. Execução de alimentos.....	571
2. Execução de alimentos fundada em título executivo extrajudicial..	572
3. Desconto em folha de pagamento e outros rendimentos do executado..	573
4. Execução por expropriação	574
5. Cumprimento de decisão que condena ao pagamento de alimentos ...	574
6. Desconto em folha de pagamento e outros rendimentos do executado..	576
7. Cumprimento da decisão que condena a pagar alimentos por expropriação	577
8. Alimentos definitivos e provisórios.....	577
9. Abandono material.....	578
10. Natureza da constituição de capital.....	578

PARTE PRÁTICA

<i>Habeas corpus</i> preventivo com pedido de liminar (<i>Modelo 01</i>)	582
<i>Habeas corpus</i> (<i>Modelo 02</i>)	587
<i>Habeas corpus</i> (<i>Modelo 03</i>)	591
Procuração “ <i>ad judicium</i> ”	596
Petição relatando mudança de endereço.....	597
Recurso de agravo de instrumento (<i>Ação de guarda/modificação c/c alimentos</i>)	598
Razões de recurso de agravo de instrumento (<i>Ação de guarda/modificação c/c alimentos</i>)	599
Recurso de agravo de instrumento (<i>Ação de alimentos</i>)	602
Razões de recurso de agravo de instrumento (<i>Ação de alimentos</i>).....	603
Recurso de agravo de instrumento (<i>Execução de prestação alimentícia</i>)....	607
Razões de recurso de agravo de instrumento (<i>Execução de prestação alimentícia</i>).....	608
Recurso de apelação (<i>Execução de alimentos</i>)	612
Razões de recurso de apelação (<i>Execução de alimentos</i>).....	613

Recurso de apelação (<i>Nulidade do feito</i>).....	615
Razões de recurso de apelação (<i>Nulidade do feito</i>).....	616
Recurso especial (<i>Maioridade</i>).....	619
Razões do recurso especial (<i>Maioridade</i>).....	620
Recurso de apelação (<i>Pensão alimentícia à ex-cônjuge</i>).....	622
Razões de recurso de apelação (<i>Pensão alimentícia à ex-cônjuge</i>).....	623
Capítulo 2 - Alimentos no Código Civil	626
1. Conceito.....	626
2. Binômio.....	626
3. Igualdade de direitos.....	628
4. Alimentos naturais e alimentos civis.....	628
5. Obrigação alimentar.....	628
6. Responsabilidade complementar.....	629
7. Mudança na situação financeira.....	630
8. Herdeiros.....	631
9. Cumprimento da obrigação.....	632
10. Princípio da isonomia.....	632
11. Filho havido fora do casamento.....	633
12. Renunciar.....	633
13. Perda do direito a alimentos.....	635
14. Sentença de divórcio.....	636
15. Alimentos de que necessitem.....	636
16. Necessidade do alimentando.....	639
17. Reciprocidade de alimentos entre pais e filhos necessitados.....	640
18. Descendente como devedor de alimentos.....	641
19. Impossibilidade econômica do devedor de alimentos.....	642
20. Mutabilidade do “quantum” da pensão alimentícia.....	643
21. Transmissibilidade do dever de prestar alimentos.....	644
22. Modos de satisfação da obrigação alimentar.....	645
23. Alimentos na separação judicial litigiosa.....	646
24. Responsabilidade pela manutenção da prole em caso de separação judicial dos genitores.....	647
25. Prestação de pensão alimentícia pelo ex-cônjuge considerado ino- cente na separação judicial.....	647
26. Direito de filho não reconhecido de pleitear alimentos.....	648
27. Arbitramento dos alimentos provisionais.....	649
28. Alimentos com direito irrenunciável.....	649

29. Cessação do dever de prestar alimentos	650
30. Novo casamento do devedor de alimentos	651
31. Atualização da prestação alimentícia	652
32. Garantir o direito a acompanhamento e orientação à mãe com relação à amamentação. Lei nº 13.436, de 12 de abril de 2017	652

PARTE PRÁTICA

Ação de alimentos (<i>Modelo 01</i>).....	654
Ação de alimentos (<i>Modelo 02</i>).....	656
Acordo de pensão alimentícia	658
Ação revisional de alimentos (<i>Modelo 01</i>)	660
Ação revisional de alimentos (<i>Modelo 02</i>)	662
Ação revisional de alimentos (<i>Modelo 03</i>)	665
Ação revisional de alimentos (<i>Modelo 04</i>)	669
Pedido de desarquivamento de autos de pensão alimentícia.....	673
Recurso de agravo de instrumento (<i>Ação revisional de alimentos</i>).....	674
Razões de recurso de agravo de instrumento (<i>Ação revisional de alimentos</i>)	675
Recurso de agravo de instrumento (<i>Constituição de nova família</i>).....	678
Razões de recurso de agravo de instrumento (<i>Constituição de nova família</i>).....	679
Recurso de apelação (<i>Extinguir a verba alimentar</i>)	682
Razões de recurso de apelação (<i>Extinguir a verba alimentar</i>).....	683
Recurso de apelação (<i>Ação revisional de alimentos</i>)	688
Razões de recurso de apelação (<i>Ação revisional de alimentos</i>).....	689
Capítulo 3 - Alimentos na Lei n. 5.478, de 25 de julho de 1968	693
1. Rito; distribuição; custas e benefício da gratuidade	693
2. Qualificação do credor	694
3. Pedido.....	695
4. Audiência e citação.....	696
5. Sentença	699
6. Providências necessárias	699
7. Íntegra da lei em debate.....	699

PARTE PRÁTICA

Ação de alimentos (<i>Modelo 01</i>).....	705
Ação de alimentos (<i>Modelo 02</i>).....	707
Ação de alimentos (<i>Modelo 03</i>).....	709

Capítulo 4 - Alienação Parental	711
1. Conceito	711
2. Perguntas e respostas a respeito da alienação parental	711
3. Como e quando apresentar denúncia de alienação parental	714
4. Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010	716

PARTE PRÁTICA

Ação de regulamentação de visitas c/c pedido incidental de averiguação de alienação parental	720
--	-----

ADOÇÃO

DOCTRINA

Capítulo 1 - Adoção no Código Civil	725
1. Considerações gerais.....	725
2. Lei n. 12.010 de 03 de agosto de 2009.....	728
3. Artigos que tratam da adoção no Código Civil	729
3.1. Princípio da igualdade de todos os filhos.....	729
3.2. Forma prevista pelo ECA.....	730
3.3. Assistência efetiva do poder público e de sentença constitutiva	731
3.4. Casos de extinção do poder familiar	731
3.5. Para fins de adoção	732
3.6. Fim da condição de tutelado	733
3.7. Adoção na Lei nº 12.955, de 5 fevereiro de 2014	734
4. Adoção na Lei nº 12.962, de 8 abril de 2014	736
5. Adoção na Lei nº 13.010, de 26 junho de 2014	737

PARTE PRÁTICA

Ação de adoção cumulada com pedido de destituição do poder familiar.....	740
Recurso de apelação (<i>Cadastro para fins de adoção. Desnecessidade</i>)	744
Razões de recurso de apelação (<i>Cadastro para fins de adoção. Desnecessidade</i>)	745
Recurso de apelação (<i>Abandono material e moral pelo pai biológico</i>)	752
Razões de recurso de apelação (<i>Abandono material e moral pelo pai biológico</i>).....	753
Recurso de apelação (<i>União homoafetiva</i>)	759
Razões de recurso de apelação (<i>União homoafetiva</i>)	760

Capítulo 2 - Adoção na Constituição da República Federativa do Brasil	768
1. Poder Público; Filhos havidos ou não da relação do casamento	768

PARTE PRÁTICA

Recurso de agravo de instrumento (<i>Novo registro de nascimento</i>).....	771
Razões de recurso de agravo de instrumento (<i>Novo registro de nascimento</i>).....	772

Capítulo 3 - Adoção no Estatuto da Criança e do Adolescente	776
1. Recursos de manutenção	776
2. Procuração	776
3. Prevaler os direitos e os interesses do adotando.....	777
4. Adotando	777
5. Adotado	777
6. Maiores de 18 (dezoito) anos	777
7. Motivos legítimos	778
8. Consentimento	780
9. Estágio de convivência.....	780
10. Sentença judicial	782
11. Vínculo	782
12. Origem biológica.....	783
13. Poder familiar.....	783
14. Registro	783
15. Período de preparação psicossocial e jurídica.....	786
16. Cadastros estaduais e nacional.....	786
17. Cadastros distintos	786
18. Acesso integral aos cadastros.....	786
19. Prazo	786
20. Competência.....	786
21. Deferimento	786
22. Programa de acolhimento familiar	787
23. Fiscalização do Ministério Público.....	787
24. Candidato domiciliado no Brasil.....	788
25. Curso do procedimento	788
26. Adoção internacional	789
27. Artigos referentes à adoção no Estatuto da Criança e do Adolescente.....	790

PARTE PRÁTICA

Ação de adoção (<i>Modelo 01</i>)	809
Ação de adoção (<i>Modelo 02</i>)	813

Ação de adoção (<i>Modelo 03</i>)	819
Ação de adoção (<i>Modelo 04</i>)	822
Ação de adoção (<i>Modelo 05</i>)	826
Ação de adoção cumulada com pedido de destituição do poder familiar.....	828
Ação de adoção c/c guarda provisória	832
Ação de alteração/retificação de registro civil.....	837
Recurso de agravo de instrumento (<i>Menor que foi entregue pelos pais biológicos</i>)	839
Razões de recurso de agravo de instrumento (<i>Menor que foi entregue pelos pais biológicos</i>).....	840
Recurso de apelação (<i>Criança portadora de HIV</i>)	845
Razões de recurso de apelação (<i>Criança portadora de HIV</i>).....	846
Recurso de agravo de instrumento (<i>Parente por afinidade</i>)	850
Razões de recurso de agravo de instrumento (<i>Parente por afinidade</i>) ...	851
Recurso de apelação (<i>Exceção à regra da lista de adoção</i>)	854
Razões de recurso de apelação (<i>Exceção à regra da lista de adoção</i>).....	855
Recurso de apelação (<i>Descaso, abuso e maus-tratos da adotante, que levam à perda do poder familiar estabelecido pela adoção</i>).....	858
Razões de recurso de apelação (<i>Descaso, abuso e maus-tratos da adotante, que levam à perda do poder familiar estabelecido pela adoção</i>).....	859
Recurso de apelação (<i>Lista do cadastro de adotantes</i>)	863
Razões de recurso de apelação (<i>Lista do cadastro de adotantes</i>).....	864
Recurso de apelação (<i>Criança que já está com os recorrentes</i>)	867
Razões de recurso de apelação (<i>Criança que já está com os recorrentes</i>) ...	868
Recurso de apelação (<i>Alteração/retificação de registro civil</i>).....	873
Razões de recurso de apelação (<i>Alteração/retificação de registro civil</i>)....	874
Recurso especial (<i>Preponderância do melhor interesse da criança</i>).....	879
Razões do recurso especial (<i>Preponderância do melhor interesse da criança</i>)....	880

DIVÓRCIO

DOUTRINA

Capítulo 1 - Divórcio no Novo Código de Processo Civil	885
1. Conceito de divórcio	885
2. Art. 23, do CPC de 2015	886
3. Art. 53, do CPC de 2015	886
4. Art. 189, do CPC de 2015	887

5. Art. 693, do CPC de 2015	888
6. Art. 731, do CPC de 2015	888
7. Art. 732, do CPC de 2015	889
8. Art. 733, do CPC de 2015	890
9. Art. 961, do CPC de 2015	890

PARTE PRÁTICA

Contestação.....	892
Divórcio direto litigioso	894
Recurso de apelação (<i>Audiência de ratificação</i>)	896
Razões de recurso de apelação (<i>Audiência de ratificação</i>)	897
Recurso de apelação (<i>Ação de divórcio direto</i>).....	902
Razões de recurso de apelação (<i>Ação de divórcio direto</i>).....	903
Recurso de apelação (<i>Pedido de justiça gratuita</i>)	906
Razões de recurso de apelação (<i>Pedido de justiça gratuita</i>)	907
Recurso de apelação (<i>Bem imóvel registrado em nome do varão</i>)	911
Razões de recurso de apelação (<i>Bem imóvel registrado em nome do varão</i>) ..	912
Recurso de apelação (<i>Partilha de bens</i>).....	915
Razões de recurso de apelação (<i>Partilha de bens</i>).....	916

Capítulo 2 - Divórcio no Código Civil

1. Considerações gerais.....	920
2. Averbação da sentença de nulidade ou anulação do casamento, da separação judicial e do divórcio.....	921
3. Requerimento de habilitação para o casamento	922
4. Divórcio direto	923
5. Sociedade conjugal	924
6. Nome de casado.....	926
7. Violação dos deveres.....	926
8. Impossibilidade da comunhão de vida	929
9. Separação judicial consensual.....	931
10. Sentença	932
11. Termo	934
12. Legitimidade	935
13. Restabelecer a sociedade conjugal.....	936
14. Perda do direito de usar o sobrenome.....	938
15. Direitos e deveres	938
16. Conversão em divórcio.....	938
17. Separação judicial e o direito ao uso do sobrenome do ex-cônjuge	938

18. Efeitos do divórcio em relação à prole	939
19. Modalidades de divórcio.....	939
20. Prévia partilha de bens	941
21. Pedido.....	942
22. Guarda dos filhos no divórcio direto consensual	942
23. Poder familiar de consorte separado judicialmente, divorciado e de ex-convivente	942
24. Dissolução por separação judicial ou por divórcio	943
25. Sentença de divórcio	943

PARTE PRÁTICA

Divórcio litigioso	944
Recurso de apelação (<i>Reduzida capacidade financeira do alimentante</i>)	947
Razões de recurso de apelação (<i>Reduzida capacidade financeira do alimentante</i>).....	948
Recurso de apelação (<i>Exoneração de alimentos em face de ex-cônjuge</i>).....	951
Razões de recurso de apelação (<i>Exoneração de alimentos em face de ex-cônjuge</i>)	952
Recurso de apelação (<i>Sentença cassada</i>).....	955
Razões de recurso de apelação (<i>Sentença cassada</i>)	956
Recurso de agravo de instrumento (<i>Emenda Constitucional n. 66</i>)	963
Razões de recurso de agravo de instrumento (<i>Emenda Constitucional n. 66</i>).....	964

Capítulo 3 - Divórcio na Constituição da República Federativa do Brasil

1. Igualdade de direitos e deveres.....	970
2. Dissolvido	970
3. Artigo referente à Constituição da República Federativa do Brasil.....	971
4. Divórcio na Lei nº 12.874, de 29 de outubro de 2013.....	972

PARTE PRÁTICA

Procuração <i>ad judicium</i>	973
Recurso de agravo de instrumento (<i>Justiça gratuita</i>)	974
Razões de recurso de agravo de instrumento (<i>Justiça gratuita</i>).....	975
Recurso de apelação (<i>Cerceamento de defesa</i>).....	978
Razões de recurso de apelação (<i>Cerceamento de defesa</i>).....	979
Recurso de agravo de instrumento (<i>Erro material</i>).....	983
Razões de recurso de agravo de instrumento (<i>Erro material</i>)	984
Recurso de agravo de instrumento (<i>Bloqueio de valores em conta</i>)	988

Razões de recurso de agravo de instrumento (<i>Bloqueio de valores em conta</i>)	989
Recurso de apelação (<i>Imóvel registrado em nome de terceiro</i>)	992
Razões de recurso de apelação (<i>Imóvel registrado em nome de terceiro</i>)	993
Recurso de agravo de instrumento (<i>Emenda Constitucional n. 66</i>)	997
Razões de recurso de agravo de instrumento (<i>Emenda Constitucional n. 66</i>).....	998
Capítulo 4 - Lei do divórcio	1001
1. Considerações gerais.....	1001

GUARDA COMPARTILHADA

DOCTRINA

Capítulo 1 - Guarda Compartilhada	1017
1. Proteção da pessoa dos filhos	1017
2. Possibilidades de não decretação da guarda compartilhada	1026
3. Princípio do melhor interesse do menor	1030
4. Arts. 19-A, § 4º, § 7º, Art. 197-E, § 5º, da Lei nº 13.509 de 22 de novembro de 2017	1040

PARTE PRÁTICA

Ação de regulamentação de guarda unilateral	1041
Ação de guarda de menor (<i>Art. 1.583, caput, do Código Civil</i>).....	1043
Instrumento particular de acordo de guarda compartilhada	1047

INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE

DOCTRINA

Capítulo 1 - Investigação de Paternidade no Código Civil	1051
1. Igualdade de direitos	1051
2. Constância do casamento	1051
3. Presunção de paternidade	1052
4. Ação contestatória da paternidade	1052
5. Confissão materna	1052
6. Prova da filiação.....	1052
7. Ação de prova de filiação	1053

8. Reconhecimento.....	1053
9. Contestação da maternidade.....	1053
10. Irrevogável.....	1053
11. Relações conjugais.....	1054
12. Guarda do genitor.....	1054
13. Filho maior; Filho menor.....	1054
14. Legitimidade passiva.....	1054
15. Sentença.....	1054
16. Artigos do Código Civil que referem-se à filiação.....	1054
17. Artigos do Código Civil que referem-se ao reconhecimento dos filhos.....	1063

PARTE PRÁTICA

Ação de investigação de paternidade.....	1070
Ação negatória de paternidade.....	1073
Ação de investigação de paternidade cumulada com pedidos de alimentos.....	1076
Ação de reconhecimento de paternidade consensual.....	1082
Recurso de apelação (<i>Prazo decadencial</i>).....	1084
Razões de recurso de apelação (<i>Prazo decadencial</i>).....	1085
Recurso de apelação (<i>Binômio: necessidade-possibilidade. Necessidades não comprovadas</i>).....	1088
Razões de recurso de apelação (<i>Binômio: necessidade-possibilidade. Necessidades não comprovadas</i>).....	1089
Recurso de apelação (<i>Ausência do vínculo biológico</i>).....	1093
Razões de recurso de apelação (<i>Ausência do vínculo biológico</i>).....	1094
Recurso de apelação (<i>Cancelamento do registro de nascimento</i>).....	1097
Razões de recurso de apelação (<i>Cancelamento do registro de nascimento</i>).....	1098
Recurso de apelação (<i>Reconhecimento de paternidade consensual</i>).....	1101
Razões de recurso de apelação (<i>Reconhecimento de paternidade consensual</i>).....	1102
Capítulo 2 - Investigação de Paternidade na Lei n. 8.560/1992.....	1107
1. Lei n. 8.560/1992.....	1107
2. Irrevogável.....	1107
3. Registro de nascimento.....	1108
4. Suposto pai.....	1109
5. Intentar investigação.....	1110
6. Adoção.....	1110
7. Legítimo interesse.....	1110

8. Provas.....	1110
9. Presunção da paternidade.....	1111
10. Ata do casamento.....	1111
11. Filho maior.....	1111
12. Filiação.....	1111
13. Relação extrajudicial.....	1111
14. Sentença.....	1112
15. Retificados.....	1112
16. Artigos referentes à Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992, dizem respeito à investigação de paternidade.....	1113

PARTE PRÁTICA

Ação de investigação de paternidade (<i>Modelo 01</i>).....	1115
Ação de investigação de paternidade (<i>Modelo 02</i>).....	1117
Ação de investigação de paternidade c/c petição de herança.....	1119
Ação rescisória.....	1121
Contestação (<i>Modelo 01</i>).....	1124
Contestação (<i>Modelo 02</i>).....	1127
Contestação (<i>Modelo 03</i>).....	1129
Embargos de declaração.....	1131
Recurso de agravo de instrumento (<i>Pedido de contraprova</i>).....	1133
Razões de recurso de agravo de instrumento (<i>Pedido de contraprova</i>)..	1134
Recurso de agravo de instrumento (<i>Existência do vínculo de consanguinidade</i>).....	1137
Razões de recurso de agravo de instrumento (<i>Existência do vínculo de consanguinidade</i>).....	1138
Recurso de apelação (<i>Alimentante revel</i>).....	1142
Razões de recurso de apelação (<i>Alimentante revel</i>).....	1143
Recurso de apelação (<i>Ausência de intimação pessoal</i>).....	1147
Razões de recurso de apelação (<i>Ausência de intimação pessoal</i>).....	1148
Recurso de apelação (<i>Ausência de intimação</i>).....	1152
Razões de recurso de apelação (<i>Ausência de intimação</i>).....	1153
Recurso de apelação (<i>Cerceamento de defesa</i>).....	1160
Razões de recurso de apelação (<i>Cerceamento de defesa</i>).....	1161
Recurso de apelação (<i>Novo exame de DNA</i>).....	1166
Razões de recurso de apelação (<i>Novo exame de DNA</i>).....	1167
Recurso especial (<i>Desconstituição da paternidade</i>).....	1171
Razões do recurso especial (<i>Desconstituição da paternidade</i>).....	1172

UNIÃO ESTÁVEL E CONCUBINATO

DOCTRINA

Capítulo 1 - União Estável no Novo Código de Processo Civil.....	1181
1. União estável	1181
2. Art. 23, do CPC de 2015	1181
3. Competência.....	1182
4. Direito real imobiliário.....	1184
5. Segredo de justiça	1185
6. Petição inicial.....	1186
7. Apuração de seus haveres	1188
8. Primeiras declarações.....	1190
9. Processos contenciosos	1192
10. Art. 732, do CPC de 2015	1193
11. Art. 733, do CPC de 2015	1193
12. Art. 1.048, do CPC de 2015.....	1194

PARTE PRÁTICA

Recurso de apelação (<i>Imóvel adquirido antes do início do companheirismo</i>)...	1196
Razões de recurso de apelação (<i>Imóvel adquirido antes do início do companheirismo</i>)	1197
Recurso de apelação (<i>Desavenças conjugais</i>)	1203
Razões de recurso de apelação (<i>Desavenças conjugais</i>).....	1204

Capítulo 2 - União Estável na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	1221
1. União estável	1221
2. O § 3º do artigo 226 da Constituição da República de 1988 trata da união estável	1222
3. União Estável na Instrução Normativa nº 14, de 07 de janeiro de 2013	1222
4. União Estável no Provimento nº 37, do Conselho Nacional de Justiça	1224

PARTE PRÁTICA

Recurso de apelação (<i>Ausência de provas da existência da união estável</i>).....	1228
Razões de recurso de apelação (<i>Ausência de provas da existência da união estável</i>).....	1229
Recurso de apelação (<i>Relacionamento caracterizado como namoro</i>)	1235
Razões de recurso de apelação (<i>Relacionamento caracterizado como namoro</i>).....	1236
Recurso de apelação (<i>Crime de bigamia</i>)	1245
Razões de recurso de apelação (<i>Crime de bigamia</i>)	1246

Capítulo 3 - União Estável e Concubinato no Código Civil	1252
1. Diferença entre união estável e concubinato	1252
2. Homem e mulher	1253
3. Inexistência de impedimento legal	1255
4. Convivência pública	1259
5. Convivência duradoura	1259
6. Convivência contínua	1259
7. Constituição de família	1259
8. Causas suspensivas	1259
9. Relações pessoais	1260
10. Comunhão parcial de bens	1260
11. Pedido dos companheiros	1261
12. Concubinato	1262
13. Artigos 1.723 a 1.727 do Código Civil tratam da união estável	1262

PARTE PRÁTICA

Ação declaratória de união estável	1271
Ação de reconhecimento e dissolução de união estável c/c partilha de bens	1273
Ação litigiosa de reconhecimento e dissolução de união estável c/c alimentos	1277
Ação litigiosa de reconhecimento e dissolução de concubinato c/c alimentos e guarda	1279
Ação de reconhecimento de união estável "Post Mortem" c/c petição de herança	1282
Ação de reconhecimento e dissolução de união estável c/c pedido de partilha de bens e alimentos	1285
Ação de reconhecimento e dissolução de união estável "Post Mortem" c/c pedido de partilha de bens	1288
Ação de reconhecimento de união estável "Post Mortem"	1295
Contestação (Modelo 01)	1298
Contestação (Modelo 02)	1300
Contestação (Modelo 03)	1302
Recurso de agravo de instrumento (Ação de reconhecimento e dissolução de sociedade de fato)	1304
Razões de recurso de agravo de instrumento (Ação de reconhecimento e dissolução de sociedade de fato)	1305
Recurso de apelação (Princípio da monogamia)	1309
Razões de recurso de apelação (Princípio da monogamia)	1310
Recurso de apelação (Concubinato)	1315
Razões de recurso de apelação (Concubinato)	1316

Recurso de apelação (<i>Falta de requisitos caracterizadores da união estável</i>) ...	1320
Razões de recurso de apelação (<i>Falta de requisitos caracterizadores da união estável</i>).....	1321
Declaração de união estável.....	1326
Declaração de estado de pobreza para fins judiciais.....	1327
Declaração de concubinato.....	1328
Contrato de união estável.....	1329
Recurso de apelação (<i>Ausência de provas</i>)	1331
Razões de recurso de apelação (<i>Ausência de provas</i>).....	1332
Modelo de contrato de namoro	1339
Modelo de escritura pública de declaração de vontade (<i>Contrato de namoro</i>).....	1341

UNIÃO HOMOAFETIVA

DOCTRINA

Capítulo 1 - União homoafetiva	1345
1. Considerações gerais.....	1345
2. Reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal	1345
3. Lei federal reconhece união homoafetiva como entidade familiar ..	1347
4. União civil entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar..	1348
5. Coisa julgada formal	1348
6. Viabilidade jurídica de uniões estáveis formadas por companheiros do mesmo sexo	1348
7. Princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade.....	1350
8. Direitos e deveres relativos ao instituto	1351
9. Relação fática entre duas mulheres.....	1351
10. Novo formato de entidade familiar	1352
11. Ausentes os requisitos.....	1352
12. Ação declaratória de união estável homoafetiva. Reconhecimento. Adequação. Partilha. Alimentos	1353

PARTE PRÁTICA

Ação de reconhecimento de união homoafetiva c/c alvará judicial....	1354
Bibliografia.....	1357